Alckmin veta projeto que limita animais em pesquisa

Universidades estaduais haviam pedido que o governador não sancionasse a proposta aprovada pela Assembleia Legislativa.

O governador da Estada de São Paulo, Geraldo Alckmin, vetou ontem o projeto de lei 7084/2013, do deputado estadual Feliciano Filho, que estaria o uso de animais por instituições de ensino e de pesquisa. Segundo o governador, a proposta entrou em contrário com os objetivos do legislador, já que seria uma forma de se realizar testes médicos, bem como de se realizar estudos de biologia e de outros campos da ciência.

Alckmin argumentou que a proposta era inconstitucional e violava os direitos humanos. O governador destacou que a proposta era inconstitucional e não cumpria os princípios da República Federal e não se enquadra no âmbito da legislação brasileira.

Para o governador, a proposta era inconstitucional e violava os direitos humanos. O governador destacou que a proposta era inconstitucional e não cumpria os princípios da República Federal e não se enquadra no âmbito da legislação brasileira.

Alckmin argumentou que a proposta era inconstitucional e violava os direitos humanos. O governador destacou que a proposta era inconstitucional e não cumpria os princípios da República Federal e não se enquadra no âmbito da legislação brasileira.

Alckmin argumentou que a proposta era inconstitucional e violava os direitos humanos. O governador destacou que a proposta era inconstitucional e não cumpria os princípios da República Federal e não se enquadra no âmbito da legislação brasileira.

Alckmin argumentou que a proposta era inconstitucional e violava os direitos humanos. O governador destacou que a proposta era inconstitucional e não cumpria os princípios da República Federal e não se enquadra no âmbito da legislação brasileira.

Alckmin argumentou que a proposta era inconstitucional e violava os direitos humanos. O governador destacou que a proposta era inconstitucional e não cumpria os princípios da República Federal e não se enquadra no âmbito da legislação brasileira.